

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**RETIFICAÇÃO 01**

**1 – PREÂMBULO**

**1.1. O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será realizada por meio do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal nº 123/06 e Lei nº 147/14, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas respectivas alterações e legislação aplicável e Decreto Municipal nº 386/2021.

**1.2. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE WWW.BLL.ORG.BR, NO DIA 02/06/2023, COM INÍCIO ÀS 08:30H, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.**

1.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), nos termos a seguir:

**INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 23/05/2023, HORÁRIO: 17h00**

**FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 02/06/2023, HORÁRIO 08h00M**

1.4 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo “B” – MODELO DECLARAÇÃO INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;
- c) Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- d) Anexo “D” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DA LEI Nº 10.520;
- e) ANEXO “E” - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;
- f) Anexo “F” – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

**2 - DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital.

### **3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1 Poderão participar as empresas** interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**3.1.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.**

3.1.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2. Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

3.2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;

3.2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.2.9 – Empresas que possuam em seu quadro de pessoal, assessor, diretor, conselheiros ou similares, que sejam servidores do Município de Cordilheira Alta nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no Edital.

### **4 - DO CREDENCIAMENTO**

4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), por meio de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.1.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas, para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo telefone **41 – 3097 - 4600** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

4.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cordilheira Alta, promotor da licitação, responsabilidade.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desta documentação.**

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.6. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas à atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.**

5.7. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços.

5.7.1. Para a proposta de preços será considerado obrigatoriamente:

- a) **Valor unitário e valor total de cada item**, em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
- b) **Marca** e demais especificações necessárias para detalhar o objeto, consoante às exigências editalícias.

5.7.1.1. Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação. **Obs.: quando se tratar de serviços, poderá ser utilizado “marca própria” para não se identificar a licitante no referido processo. Licitantes que colocarem a marca como o nome da referida empresa serão desclassificados, consoante ao princípio do sigilo onde é proibida a identificação prévia do licitante.**

5.7.1.2. Em não havendo campo específico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.

5.8. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão pública, estabelecida no item 1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

**5.9. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.10. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.11. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

5.12. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.13. - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao número do item do Anexo “A” deste Edital, com sua (s) respectiva (s) quantidade (s).

5.14. Poderão ser admitidos pelo (a) Pregoeiro (a) erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.15. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

**5.15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, adequada ao último lance ofertado e deverá:**

5.15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

5.15.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.15.1.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

5.16. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

5.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



5.18. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.19. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.20. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.21. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **6- DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

6.1 A Documentação de Habilitação da licitante deverá conter os documentos abaixo listados, os quais devem ser encaminhados conjuntamente à proposta até o horário indicado no item 1.3:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura do certame.
- b) **Ato Constitutivo, Contrato Social** (consolidado/atual);
- c) **Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS)**;
- d) **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais**, relativa ao Estado da sede do licitante;
- e) **Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- g) **Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta de “**e-SAJ**” e “**eproc**” do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme nova resolução, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>);
- i) **Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública**, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.
- j) **Declaração da proponente que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93**, que se refere ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;
- l) **Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta** (modelo no anexo “E” do edital).

m) **Declaração de informações complementares** (modelo no anexo “B” do edital OBS: A licitante deverá indicar preposto e informar os seus dados (nome, CPF, cargo/ função, telefone e e-mail), que será o responsável por todos os contatos necessários à plena execução do contrato. Caso a pessoa indicada seja responsável também, pela assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante deverá obrigatoriamente apresentar procuração, com a indicação de poderes para a prática do ato.

## **QUALIFICAÇÃO - TECNICA**

n) **Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.

o) **Certidão de Pessoa Física no Conselho Regional** de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em nome do (a) profissional responsável técnico pela obra/serviço, devidamente atualizada e em pleno vigor.

p) **Comprovação de a contratada que possui funcionários com cursos em normas de segurança NR6, NR10 e NR35**, através de apresentação dos respectivos certificados vigentes.

NOTA: **Apresentar comprovação de vínculo dos profissionais com o licitante**, que poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- no caso de ser sócio proprietário da empresa: através da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado no Órgão competente.
- no caso de empregado da empresa: através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante.
- no caso de profissionais que detenham vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços: através da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional e a empresa licitante até a data da apresentação da documentação.

6.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.2.1. **A proponente Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante**, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, vigente na data de abertura da licitação indicada no subitem nº 1.2. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.3. Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 e aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte, estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do artigo 18-E.

6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

6.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao (a) Pregoeiro (a).

6.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos online, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.11. O não cumprimento do referido prazo acarretará na inabilitação da licitante vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos de habilitação, se estiverem de acordo com o solicitado, a segunda

colocada será declarada vencedora do item e abrir-se-á prazo para interposição recursal.

## **7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A partir do horário previsto neste edital (item nº 1), a sessão pública na internet será aberta pelo (a) pregoeiro (a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e as licitantes.

7.4. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**7.4.1. Será desclassificada a proposta ou o lance, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

7.4.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM, observando-se as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13. A disputa de lances se dará no modo aberto, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



7.13.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem

7.13.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.13.4 Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.13.5. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

#### **7.14 – Da Preferência para MPE's Locais ou Regionais:**

7.14.1. Entende-se como local ou municipal: o limite geográfico do município de Cordilheira Alta;

7.14.1.1. Entende-se como regional: O âmbito dos municípios constituintes da Região Metropolitana de Chapecó - SC a que pertence o próprio Município;

7.14.2. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal no 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de cinco por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC;

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Cordilheira Alta - SC, cuja proposta esteja no limite de 5% previsto no item 7.14.2, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região;

7.15. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado (a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15.1. Neste caso, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.16. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.17. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.19. O proponente deverá comunicar imediatamente a BLL (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

8.1. No julgamento das propostas, será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que apresentar (em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

## **9. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

9.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do (s) objeto (s) licitado (s), de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo “A” deste edital.

## **10. DOS PREÇOS MÁXIMOS**

10.1 Os preços máximos a serem admitidos pela Administração Municipal são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 O pagamento será realizado conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta da Ata de Registro de Preço constante no anexo “F” deste edital.

11.2. O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

11.3. As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

## **12. DAS AMOSTRAS**

12.1. Havendo a exigência para apresentação de amostras, essas deverão ser submetidas à aprovação pela secretaria solicitante, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam. O responsável pela avaliação, emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

12.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco)

dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

12.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretária acarretará a desclassificação do licitante.

12.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

12.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra (s).

12.4 A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação (art. 4º, inciso XVI, Lei nº 10.520/2002).

12.5 O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.6 Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

### **13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. A adjudicação do objeto deste pregão será formalizada pelo (a) Pregoeiro (a), pelo MENOR PREÇO POR ITEM, à (s) licitante (s) cuja (s) proposta (s) seja (m) considerada (s) vencedora (s).

13.4. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor, pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **14- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

14.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados para o (a) pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

14.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

14.4. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.5. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### **15- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei, devendo a licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, sucintamente, suas razões após o término da sessão de lances.

15.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

15.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e, sendo a mesma aceita pelo (a) Pregoeiro (a), disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, o qual será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, contados da data final do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) à licitante vencedor.

15.4. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

15.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração aos termos desta licitação, o licitante que os tenha aceitado sem objeção, e após o julgamento venha apontar falhas ou irregularidade. Tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **16 – DO REGISTRO DOS PREÇOS**

16.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente será efetuado o registro dos preços do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo “F”) pelo responsável pela Administração Municipal e pela (s) licitante (s) vencedora (s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

16.1.1 É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.1.2 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços far-se-á por meio de e-mail.

**16.1.3. Os representantes legais ou procuradores das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta para assinarem a Ata de Registro de Preços, podendo ser**



prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.1.4. Caso a licitante convocada para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer ou recusar-se, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no item nº 19 deste edital.

16.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado, como ato concreto, o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame licitatório e apresentado sua proposta final para o (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, tendo em vista a realização de Pregão. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado a Administração examinar a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e, procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim sucessivamente.

16.3. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da **Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses.**

16.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.5. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.5.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.6. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da (s) Ata (s).

## **17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

17.1.1. Automaticamente:

17.1.1.1 Por decurso do prazo de vigência;

17.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

17.2.1 A pedido, quando:

17.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 19 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.3.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

17.2.3.2 Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;

17.2.3.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.3.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina – DOM/SC, através do sítio [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

## **18. DAS PENALIDADES**

18.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato de contratado, nos termos do item 16.1 do presente instrumento convocatório.

18.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

18.3. A penalidade de multa, prevista no item 18.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

18.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

18.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

18.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

18.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

18.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

18.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 18.6 e 18.7 será o valor inicial do Contrato.

18.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

18.11. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

18.11.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

18.11.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **19 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

19.2. É facultado ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.3 – Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para eventual contato.

19.4 – A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

19.5. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.6 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

19.7 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) Adiada a abertura da licitação;
- b) Anulada ou revogada no todo ou em parte.
- c) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

19.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram: Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93.

19.9. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó, SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta, SC, 23 de maio de 2023.

---

**CLODOALDO BRIANCINI**  
**Prefeito Municipal**





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “A”**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO:**

**1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC,**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, COM FORNECIMENTO DO CONJUNTO DE MATERIAIS (HARDWARE E SOFTWARES) NECESSÁRIOS PARA MONITORAMENTO DE LOCAIS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA SC, QUE PERMITAM A CAPTURA, TRANSMISSÃO, GERENCIAMENTO, ARMAZENAGEM, CONSULTA, ANÁLISE DE PLACAS E EXIBIÇÃO DE IMAGENS DE VÍDEO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Valor mensal:  <b>= 9.506,69</b>	Total para 12 meses  <b>= 114.080,28</b>
--	--	--

**2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Justifica-se a presente licitação considerando que a constante melhoria no sistema de segurança é imprescindível para o bom funcionamento e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Município de Cordilheira Alta e para a segurança da população do município e os transeuntes. Desta forma, a disposição de um sistema de monitoramento por câmeras em pontos estratégicos, auxiliará na tarefa de melhorar a segurança nos imóveis públicos e em vias públicas e também das pessoas que circulam dentro do perímetro urbano e rural, visando contribuir preventivamente contra a ação de atos de violência e permitirá uma ação mais eficaz das forças policiais no trabalho de investigação e repressão da criminalidade, visando aumentar a segurança dos munícipes como um todo.

2.2 – O processo terá por base o valor que o Município de Cordilheira Alta executou nos anos de 2022 a 2023 sendo acrescido do índice do IPCA vigente,

sendo que o processo esteve vigente até o mês de março de 2023, considerando desta forma o preço praticado exequível.

### **3 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

3.1 - O prazo para execução será de até 10 (dez) dias corridos para o funcionamento das câmeras próprias do município e até 30 (trinta) dias corridos para o funcionamento total do conjunto de hardware e software, com todos os pontos de monitoramento contratados. Este tempo é contado a partir da Solicitação de Fornecimento (SF) ou ordem de serviço, feita, enviada e confirmado o recebimento pela CONTRATADA;

3.2 - Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e serviços ocultos (hardware e software) que se fazem necessários para a perfeita e completa implantação do SISTEMA de monitoramento tais como: materiais, ferramentas, mão-de obra, insumos e outros, sem quaisquer ônus adicionais ao Município, sendo:

- Postes metálico galvanizado com no mínimo 4" e 5 metros acima do solo. As câmeras OCR devem ser instaladas em altura que possibilite o cumprimento de sua função.
- Caixas para quadro de comando em aço, de uso externo.
- 06 Câmeras de monitoramento OCR, leitura de placas (LCR).
- 49 Câmeras fixas de monitoramento IP (com especificações mínimas: resolução Full HD 1080p (1920H e 1080V), alcance IR/Noturno 50m, ajuste automático de imagem dia/noite (P&B), ângulo de visão horizontal/vertical 95°/50°. Modelo de referência: Câmera Intelbras Varifocal Multi HD VHD 3250 VF G7 Full HD)).
- 01 Câmera speed dome (com especificações mínimas: resolução 2MP, (1920H e 1080V), zoom optico 25x, led infravermelho que permita visão noturna de 100 metros de distância, cobertura 360°, detecção de movimentos {modelo de referência: CÂMERA SPEED DOME IP 1080P DS-2DE4225IW-DE+ZJ – HIKVISION}).
- Licenças de acesso web para o sistema LPR (caso o sistema implantado não seja gratuito ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante do hardware).
- Licenças para sistema operacional e outros softwares necessários ao funcionamento e visualização das imagens (caso o sistema implantado não seja aberto/gratuito/libre ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante).
- Servidor Core I7/16gb/HD 256 SSD com tela de 21" para sistema LPR caso optar por servidor local, ou poderá rodar em nuvem (ambos os casos, deve possibilitar acesso remoto web de no mínimo 4 (quatro navegadores, tais como Google Chrome, Mozilla Firefox, Apple Safari e Opera Software).
- Racks de parede 12U com régua de tomadas e organizador de cabos.
- Nobreak(s) que suportem o sistema por no mínimo 1 (uma) hora, em caso de queda de energia.
- 02 NVD 7132 32 canais e HD com espaço de memória suficiente para gravação de até 15 dias.
- 2 TV 48" ou superior, com 2 portas USB, 2 portas HDMI, Entrada Ethernet, Wi-Fi Integrado.
- Computador mínimo Core I3, HD 256 SSD ou superior, com monitor mínimo de 19 polegadas, para acesso também às TV's de visualização de imagens.
- Réguas com tomadas necessárias e organizadores de cabos.

- Switchs 8 portas (ou mais) para interligação da rede de internet, conforme necessário.
- Pontos de internet 30mb (ou superior) que atendam a todos os locais (com câmeras e a central).
- Demais equipamentos (hardware e software) e mobiliários e pequenos materiais necessários para instalação e funcionamento de todo o sistema da rede de monitoramento, incluindo a central.

3.2.1 - A execução dos serviços pela contratada deverá contemplar a instalação de sistema de vídeo monitoramento público, as câmeras de reconhecimento de placas, as câmeras de monitoramento e a manutenção das 10 câmeras existentes de propriedade do município e ou moradores, bem como a montagem de um sistema de vídeo monitoramento dentro da base da Polícia Militar de Cordilheira Alta com 2 (duas) telas de vídeo monitoramento, 1 servidor com o software de LPT e com o tempo de armazenamento das imagens de no mínimo 15 (quinze) dias. O armazenamento das gravações será guardado na base da polícia militar em NVD;

3.2.2 - A contratada deverá instalar o sistema de visualização e consulta em computadores da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito, para facilitar e agilizar eventuais consultas e visualizações, caso se façam necessários, bem como possibilitar essas consultas em momentos que a Delegacia de Polícia Militar estiver fechada;

3.2.3 - A contratada é responsável pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como substituição de equipamentos com problema ou danificados por desastres naturais, acidentes ou outros, sem custo adicional para o Município;

3.2.4 - A contratada deverá garantir o transporte de dados até a base da Polícia Militar via internet de fibra ótica e manutenção na rede de dados;

3.2.5 - A contratada deverá incluir também a ligação e as taxas de internet e energia elétrica junto às companhias fornecedoras, que deverão ser contratadas pelo vencedor da licitação, sem ônus para o Contratante;

3.2.6 - A contratada fica responsável pelo transporte de materiais, local de armazenagem, mão de obra, instalação, sem custo adicional para o Município.

3.3 - A contratada deverá efetuar a infraestrutura de postes (de forma padronizada), rede de energia elétrica até a rede de energia elétrica da concessionária. Os serviços (instalações) em sua totalidade devem seguir modelo padrão de acordo com a norma técnica ABNT, NBR5410 e NBR7117. O pagamento da energia elétrica é por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE.

3.4 - A contratada deverá efetuar infraestrutura de rede de internet, bem como o cabeamento até a rede principal de fornecedores do serviço. O pagamento do serviço de internet será por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE;

3.5 - Será de responsabilidade da CONTRATADA o conserto ou a substituição de equipamentos em caso de danos, bem como será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os itens componentes do sistema de monitoramento eletrônico a ser por ela disponibilizado sem ônus adicionais ao município;

3.6 - A contratada deverá disponibilizar ao município, contato de plantão para momentos em que houver necessidade, tanto para fins operacionais da estrutura do sistema e equipamentos, quanto para fins contábeis de faturamento;

3.7 - A CONTRATADA é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e efetivação da entrega/instalação dos materiais, utilização de EPI's e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos materiais/equipamentos.

3.8 - A contratada deverá efetuar manutenções ou substituições em equipamentos de captação ou transporte de imagens em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;

3.9 - A contratada deverá efetuar manutenção no sistema de visualização e consulta de imagens em até 6 (seis) horas após a solicitação;

3.10 - A contratada deverá garantir que todos os pontos de captura de imagem devem possuir funcionalidades para detectar e gerar alertas para caso legítimo de adulteração da câmera ou bloqueio de imagem.

3.11 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

3.12 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.13 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

3.14 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.15 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

3.16 - Ao término da instalação dos equipamentos, e estando todo o sistema em funcionamento, a CONTRATADA deverá efetuar treinamento operacional do sistema e consulta de imagens para servidores do município e à Polícia Militar, para que possam usufruir corretamente do sistema;

3.17 - O serviço de leitura de placas de veículos com LPR (do inglês "License Plate Recognition - Reconhecimento de Placas de Veículos) deverá possuir no mínimo as seguintes características:

3.17.1 - Capturar placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;

3.17.2 - Extrair localmente placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;

3.17.3 - Ser capaz de capturar os caracteres das placas de veículos nos períodos diurno e noturno;

3.17.4 - Fazer o reconhecimento de placas com base na análise do vídeo;

3.17.5 - Deverá ser capaz de reconhecer placa de veículos (placas padrão Mercosul (e países integrantes) e demais padrões de placas vigentes definidos em resoluções do Contran ou que venham a se tornar vigentes ao longo do período do contrato, nas diversas cores, tamanhos, modelos normais e refletivas) com índices de acerto de no mínimo 90% com velocidade de até 120km/h (em condições



climáticas favoráveis, podendo ser menor em momentos de neblina ou chuva forte), com resultado de reconhecimento de 1 (um) segundo;

3.17.6 - Ser capaz de se integrar com soluções de terceiros, através de API ou SDK, de modo que a coleta das informações de eventos ocorra da forma mais automática possível, caso necessário;

3.17.7 - As placas reconhecidas deverão ser armazenadas em banco de dados fornecido gratuitamente pelo fabricante, juntamente com foto, data e horário, durante o período de vigência do contrato;

3.17.8 - Deve permitir a criação de listas de alertas (podendo ser a partir da importação de arquivos de texto), para placas que se deseja monitorar e verificar de imediato ao serem detectadas, emitindo aviso visual ou sonoro na tela de monitoramento;

3.17.9 - Deve possibilitar a identificação de placas de veículos por aproximação (frente) ou afastamento (atrás);

3.17.10 - Permitir a extração de dados e imagens em arquivos de texto e planilha, tais como em formato .PDF e .XLS (.XLSX);

3.17.11 - A pesquisa deve contemplar os dados completos da placa, por data e por câmera;

3.18 - A contratada deverá dispor um sistema totalmente web:

- Envio de alertas via E-mail
- Envio de alertas por telegram
- Alertas individualizado por câmeras ou grupo de câmeras
- Exportação de relatórios em pd, xlsx e csv,
- Busca por câmera
- Busca por cidade
- Busca por data e hora
- Busca parcial por caracteres,
- Rastreamento de veículos com até 12 meses
- Cadastramento de veículos individualizado,
- Mapa gráfico com busca rápida por câmera,
- Busca de veículo por câmera individualizadas ou em grupos,
- Relatório de passagens de veículos, com mapa de calor, informando quantidade e horas com maior tráfego,
- Relatório de câmeras agrupadas por grupos
- Relatório de status com data e hora do último envio para o sistema
- Exportação de relatório individualizado ou agrupado com 10000 placas.
- Auditoria de acesso, data, usuário no sistema
- Possuiu api pública para integração de sistemas de segurança
- Toda câmera adicionada no sistema, fica integrada com os alertas
- Integração com a Secretaria de Estado da Segurança Pública SC, conforme <https://api-sensores.ssp.sc.gov.br>.

3.19 - Planilha de pontos/locais/coordenadas e informações adicionais:

Pontos	Local - Ponto	Coordenada	Câmera Existente	Câmera Adicional	Observação
1	Base Policia Militar	-26.98606, -52.60415	NA	1 fixa	Instalação do link, rack e sala de vídeo monitoramento



2	BR282, em frente à Ludovico Tozzo	-26.99361, -52.61082	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
3	Rua Alberto Maggioni, em frente à Rondofrio	-26.99118, -52.60938	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
4	Esquina Posto de Saude do Rosa Linda	-26.99214, -52.60815	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
5	BR282, entre Moinho e Posto de Gasolina	-26.98649, -52.60529	1 Speed Dome	2 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
6	Av. Fermino Tozzo, 73, esquina Câmara Vereador	-26.98588, -52.60353	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
7	Av. Fermino Tozzo, praça	-26.98413, -52.6032	NA	2 fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
8	Av. Fermino Tozzo, saída para Xaxim	-26.98298, -52.59881	NA	1 Speed e 1 LPR	Poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
9	R. Patrício Dal Santo, esquina Mec. Prime	-26.98719, -52.60159	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
10	R. Angelo Gabriel, próx. Garagem máquinas	-26.99028, -52.59819	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
11	Prox. Granja Dal Santo	-26.99643, -52.59966	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
12	R. Paulo Marccone, 72	-26.98607, -52.60243	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
13	R. Célso Tozzo, esquina prefeitura	-26.98473, -52.60329	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
14	R. Célso Tozzo, 257,	-26.98452, -52.6009	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
15	R. Alberto Maggioni, praça	-26.9871, -52.60756	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
16	Av. Fermino	-26.98663,	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto



	Tozzo 283, próx. Cresol	-52.60332			de internet e energia elétrica
17	Rua Alberto Maggioni, esquina creche	-26.98871, -52.61029	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
18	R. Alberto Tressoldi, 87	-26.9921, -52.60917	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
19	Rua Virginia Zardo, esquina, Rosa Linda	-26.99538, -52.60851	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
20	Rua Virginia Zardo, esquina com rua da Nilo	-26.99601, -52.60356	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
21	Interior, L. Bento, próx. Ao Zanardi	-26.97741, -52.62209	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
22	Igreja Linha Bento G.	-26.97497, -52.62563	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
23	Escola Alceu Mazzioni	-26.97047, -52.62964	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
24	Interior (Vila Vaz)	-26.95523, -52.6478	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
25	Cemitério Fernando M.	-26.94808, -52.66735	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
26	SC 157, saída Fernando M. à Coronel Freitas	-26.94406, -52.6747	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
27	Rua 7 de Setembro, esquina Rua Chapecó	-26.94646, -52.67139	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
28	Rua 7 de Setembro, esquina escola/igreja	-26.94823, -52.673	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
29	Rua 7 de Setembro, SC-157, entrada distrito	-26.94998, -52.67434	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
30	ETA ZARDO - Interior	-26.99134, -52.65172	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
31	Mirante do Trevo, quase	-26.99446, -52.64109	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia



	final av. principal				elétrica
32	Mirante do Trevo, depois da Safrio	-26.994827, -52.644303	NA	1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
33	Linha Dianista, esquina da Escolinha	-26.965449, -52.676103	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
34	Linha Dianista, entre Giordani e Atuati	-26.985781, -52.686563	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
35	SC-157, próximo à Madeireira Tecchio	-26.942024, -52.677754	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
36	Residencial Cohab - entrada do bairro	-26.989839, -52.597081	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
37	Residencial Cohab, final do bairro	-26.990429, -52.593218	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
38	Campina do Gregório, em frente ao campo	-26.980763, -52.635014	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
39	Residencial Coqueiros	-27.029578, -52.612580	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
<b>Total câmeras além das existentes (do município)</b>			<b>Postes, internet e energia elétrica</b>		
49 fixas			Postes: verificar a necessidade de cada local		
6 LPR			Energia elétrica: verificar a necessidade de cada local		
1 SPEED			Internet: verificar a necessidade de cada local		

#### 4. DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO SISTEMA

4.1 - Após transcorrida as fases de habilitação (análise dos documentos e qualificação da licitante) e da proposta comercial, e antes da homologação do objeto da licitação, através de mensagem no sistema eletrônico e/ou por e-mail, a empresa será convocada para Prova de Conceito, na qual deverá apresentar e demonstrar a tecnologia ofertada, de forma unicamente **presencial**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do dia seguinte ao envio do e-mail/aviso. A contratada deverá comparecer no horário e local marcado com tolerância máxima de 1 (uma) hora de atraso do horário marcado, sob pena de desclassificação sumária da proposta. A contratada deverá comprovar os

requisitos obrigatórios descritos no item 3 e seus subitens do termo de referência do Anexo “A”. Se farão presentes, para acompanhar a apresentação e demonstração, representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Conseg e Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, que farão um termo de aceite/aprovação do sistema apresentado pela Contratada. Local e horário serão repassados juntamente com o aviso/e-mail.

## **5. GARANTIA**

5.1 – A empresa vencedora deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e substituição de equipamentos defeituosos, além de garantia de transporte de dados das imagens de todas as câmeras, dos pontos de instalação até a base da Polícia Militar de Cordilheira Alta via internet de fibra ótica e manutenção na rede de dados;

5.2 - O conjunto de hardware e software deverá garantir capacidade de processamento suficiente para a gravação, visualização e consulta simultânea de imagens, em boa resolução, que possibilite identificar pessoas, veículos e o ambiente visualizado, como um todo, sem travamentos, perda de imagem ou lentidão;

5.3 – A guarda, manutenção e armazenagem das imagens são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, e não devem ser disponibilizadas diretamente a outros interessados, que não sejam as forças policiais e servidores públicos do Município de Cordilheira Alta, devidamente autorizados. Cabe a estes acompanhar os munícipes e cidadãos na consulta de imagens, quando necessário, por exemplo na ocorrência de um acidente de trânsito, um ato de delinquência ou outros;

5.4 - Garantir a disponibilização das imagens em tempo real no mínimo 98% do tempo mensal, bem como garantir o armazenamento e consulta de imagens de até 15 (quinze) dias (corridos) anteriores ao dia atual, sob possibilidade de desconto proporcional nas faturas, caso houver tempo de indisponibilidade real maior que 98% e tempo de consulta de imagens menor que 15 dias.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal com o recebimento da secretaria responsável, proporcional à quantidade de pontos de captura de imagem em funcionamento, demonstradas pelo sistema.

## **7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - São obrigações da Contratante:

7.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



7.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.4 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### **8.7 - Emitir ART do serviço/obra executada.**

## **9 - DA DOTAÇÃO**

9.1. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.004 – Elemento 3.3.90 – Despesa 22 prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.)

## **10 - CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Rudimar Marafon, matrícula nº 13730/01, que atuara como representante institucional nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Cordilheira Alta/SC, 23 de maio de 2023.

---

**ANDERSON SGANZELA**  
Secretário de Infraestrutura

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “B”**

**MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES  
COMPLEMENTARES**

Razão Social:  
Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Endereço completo:  
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão eletrônico nº \_\_\_\_/2023 poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico \_\_\_\_\_, de titularidade do Sr./Sra. \_\_\_\_\_, telefone para contato \_\_\_\_\_, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e- mails: [compras@pmcordi.sc.gov.br](mailto:compras@pmcordi.sc.gov.br); [licitacoes@pmcordi.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmcordi.sc.gov.br).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2023.

\_\_\_\_\_ nome  
e assinatura do responsável legal  
(Número CPF)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “C”**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27,**  
**DA LEI**  
**8.666/93**

\_\_\_\_\_(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ( )

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “D”**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO DA LEI Nº**  
**10.520 (\*)**

Referente: Pregão ELETRÔNICO para registro de preço nº \_\_\_\_\_

(Nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “E”**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE  
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

Referente: Pregão ELETRÔNICO nº \_\_\_\_\_

(Nome do licitante) \_\_\_\_\_, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

nome e assinatura do responsável legal  
(Número CPF)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2023**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

**ANEXO “F”**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2023**

**O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, e a (s) empresa (s) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato, Senhor(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS**

3.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é de R\$ ..... (.....).

3.1.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1.1. Os preços descritos no termo de adjudicação serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

4.1 - O prazo para execução será de até 10 (dez) dias corridos para o funcionamento das câmeras próprias do município e até 30 (trinta) dias corridos para o funcionamento total do conjunto de hardware e software, com todos os pontos de monitoramento contratados. Este tempo é contado a partir da Solicitação de Fornecimento (SF) ou ordem de serviço, feita, enviada e confirmado o recebimento pela CONTRATADA;

4.2 - Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e serviços ocultos (hardware e software) que se fazem necessários para a perfeita e completa implantação do SISTEMA de monitoramento tais como: materiais, ferramentas, mão-de obra, insumos e outros, sem quaisquer ônus adicionais ao Município, sendo:

- Postes metálico galvanizado com no mínimo 4" e 5 metros acima do solo. As câmeras OCR devem ser instaladas em altura que possibilite o cumprimento de sua função.
- Caixas para quadro de comando em aço, de uso externo.
- 06 Câmeras de monitoramento OCR, leitura de placas (LCR).
- 49 Câmeras fixas de monitoramento IP (com especificações mínimas: resolução Full HD 1080p (1920H e 1080V), alcance IR/Noturno 50m, ajuste automático de imagem dia/noite (P&B), ângulo de visão horizontal/vertical 95°/50°. Modelo de referência: Câmera Intelbras Varifocal Multi HD VHD 3250 VF G7 Full HD)).
- 01 Câmera speed dome (com especificações mínimas: resolução 2MP, (1920H e 1080V), zoom optico 25x, led infravermelho que permita visão noturna de 100 metros de distância, cobertura 360°, detecção de movimentos {modelo de referência: CÂMERA SPEED DOME IP 1080P DS-2DE4225IW-DE+ZJ – HIKVISION}).
- Licenças de acesso web para o sistema LPR (caso o sistema implantado não seja gratuito ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante do hardware).
- Licenças para sistema operacional e outros softwares necessários ao funcionamento e visualização das imagens (caso o sistema implantado não seja aberto/gratuito/libre ou disponibilizado gratuitamente pelo fabricante).
- Servidor Core I7/16gb/HD 256 SSD com tela de 21" para sistema LPR caso optar por servidor local, ou poderá rodar em nuvem (ambos os casos, deve possibilitar acesso remoto web de no mínimo 4 (quatro navegadores, tais como Google Chrome, Mozilla Firefox, Apple Safari e Opera Software).

- Racks de parede 12U com régua de tomadas e organizador de cabos.
- Nobreak(s) que suportem o sistema por no mínimo 1 (uma) hora, em caso de queda de energia.
- 02 NVD 7132 32 canais e HD com espaço de memória suficiente para gravação de até 15 dias.
- 2 TV 48" ou superior, com 2 portas USB, 2 portas HDMI, Entrada Ethernet, Wi-Fi Integrado.
- Computador mínimo Core I3, HD 256 SSD ou superior, com monitor mínimo de 19 polegadas, para acesso também às TV's de visualização de imagens.
- Réguas com tomadas necessárias e organizadores de cabos.
- Switchs 8 portas (ou mais) para interligação da rede de internet, conforme necessário.
- Pontos de internet 30mb (ou superior) que atendam a todos os locais (com câmeras e a central).
- Demais equipamentos (hardware e software) e mobiliários e pequenos materiais necessários para instalação e funcionamento de todo o sistema da rede de monitoramento, incluindo a central.

4.2.1 - A execução dos serviços pela contratada deverá contemplar a instalação de sistema de vídeo monitoramento público, as câmeras de reconhecimento de placas, as câmeras de monitoramento e a manutenção das 10 câmeras existentes de propriedade do município e ou moradores, bem como a montagem de um sistema de vídeo monitoramento dentro da base da Polícia Militar de Cordilheira Alta com 2 (duas) telas de vídeo monitoramento, 1 servidor com o software de LPT e com o tempo de armazenamento das imagens de no mínimo 15 (quinze) dias. O armazenamento das gravações será guardado na base da polícia militar em NVD;

4.2.2 - A contratada deverá instalar o sistema de visualização e consulta em computadores da Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito, para facilitar e agilizar eventuais consultas e visualizações, caso se façam necessários, bem como possibilitar essas consultas em momentos que a Delegacia de Polícia Militar estiver fechada;

4.2.3 - A contratada é responsável pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como substituição de equipamentos com problema ou danificados por desastres naturais, acidentes ou outros, sem custo adicional para o Município;

4.2.4 - A contratada deverá garantir o transporte de dados até a base da Polícia Militar via internet de fibra ótica e manutenção na rede de dados;

4.2.5 - A contratada deverá incluir também a ligação e as taxas de internet e energia elétrica junto às companhias fornecedoras, que deverão ser contratadas pelo vencedor da licitação, sem ônus para o Contratante;

4.2.6 - A contratada fica responsável pelo transporte de materiais, local de armazenagem, mão de obra, instalação, sem custo adicional para o Município.

4.3 - A contratada deverá efetuar a infraestrutura de postes (de forma padronizada), rede de energia elétrica até a rede de energia elétrica da concessionária. Os serviços (instalações) em sua totalidade devem seguir modelo padrão de acordo com a norma técnica ABNT, NBR5410 e NBR7117. O pagamento da energia elétrica é por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE.

4.4 - A contratada deverá efetuar infraestrutura de rede de internet, bem como o cabeamento até a rede principal de fornecedores do serviço. O pagamento do

serviço de internet será por conta da CONTRATADA, não havendo ônus para o CONTRATANTE;

4.5 - Será de responsabilidade da CONTRATADA o conserto ou a substituição de equipamentos em caso de danos, bem como será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os itens componentes do sistema de monitoramento eletrônico a ser por ela disponibilizado sem ônus adicionais ao município;

4.6 - A contratada deverá disponibilizar ao município, contato de plantão para momentos em que houver necessidade, tanto para fins operacionais da estrutura do sistema e equipamentos, quanto para fins contábeis de faturamento;

4.7 - A CONTRATADA é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e efetivação da entrega/instalação dos materiais, utilização de EPI's e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos materiais/equipamentos.

4.8 - A contratada deverá efetuar manutenções ou substituições em equipamentos de captação ou transporte de imagens em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;

4.9 - A contratada deverá efetuar manutenção no sistema de visualização e consulta de imagens em até 6 (seis) horas após a solicitação;

4.10 - A contratada deverá garantir que todos os pontos de captura de imagem devem possuir funcionalidades para detectar e gerar alertas para caso legítimo de adulteração da câmera ou bloqueio de imagem.

4.11 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.12 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.13 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

4.14 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

4.15 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.16 - Ao término da instalação dos equipamentos, e estando todo o sistema em funcionamento, a CONTRATADA deverá efetuar treinamento operacional do sistema e consulta de imagens para servidores do município e à Polícia Militar, para que possam usufruir corretamente do sistema;

4.17 - O serviço de leitura de placas de veículos com LPR (do inglês "License Plate Recognition - Reconhecimento de Placas de Veículos) deverá possuir no mínimo as seguintes características:

4.17.1 - Capturar placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;



- 4.17.2 - Extrair localmente placas dos veículos, possuindo sistema óptico de reconhecimento de caracteres;
- 4.17.3 - Ser capaz de capturar os caracteres das placas de veículos nos períodos diurno e noturno;
- 4.17.4 - Fazer o reconhecimento de placas com base na análise do vídeo;
- 4.17.5 - Deverá ser capaz de reconhecer placa de veículos (placas padrão Mercosul (e países integrantes) e demais padrões de placas vigentes definidos em resoluções do Contran ou que venham a se tornar vigentes ao longo do período do contrato, nas diversas cores, tamanhos, modelos normais e refletivas) com índices de acerto de no mínimo 90% com velocidade de até 120km/h (em condições climáticas favoráveis, podendo ser menor em momentos de neblina ou chuva forte), com resultado de reconhecimento de 1 (um) segundo;
- 4.17.6 - Ser capaz de se integrar com soluções de terceiros, através de API ou SDK, de modo que a coleta das informações de eventos ocorra da forma mais automática possível, caso necessário;
- 4.17.7 - As placas reconhecidas deverão ser armazenadas em banco de dados fornecido gratuitamente pelo fabricante, juntamente com foto, data e horário, durante o período de vigência do contrato;
- 4.17.8 - Deve permitir a criação de listas de alertas (podendo ser a partir da importação de arquivos de texto), para placas que se deseja monitorar e verificar de imediato ao serem detectadas, emitindo aviso visual ou sonoro na tela de monitoramento;
- 4.17.9 - Deve possibilitar a identificação de placas de veículos por aproximação (frente) ou afastamento (atrás);
- 4.17.10 - Permitir a extração de dados e imagens em arquivos de texto e planilha, tais como em formato .PDF e .XLS (.XLSX);
- 4.17.11 - A pesquisa deve contemplar os dados completos da placa, por data e por câmera;
- 4.18 - A contratada deverá dispor um sistema totalmente web:
- Envio de alertas via E-mail
  - Envio de alertas por telegram
  - Alertas individualizado por câmeras ou grupo de câmeras
  - Exportação de relatórios em pd, xlsx e csv,
  - Busca por câmera
  - Busca por cidade
  - Busca por data e hora
  - Busca parcial por caracteres,
  - Rastreamento de veículos com até 12 meses
  - Cadastramento de veículos individualizado,
  - Mapa gráfico com busca rápida por câmera,
  - Busca de veículo por câmera individualizadas ou em grupos,
  - Relatório de passagens de veículos, com mapa de calor, informando quantidade e horas com maior tráfego,
  - Relatório de câmeras agrupadas por grupos
  - Relatório de status com data e hora do último envio para o sistema
  - Exportação de relatório individualizado ou agrupado com 10000 placas.
  - Auditoria de acesso, data, usuário no sistema
  - Possuiu api pública para integração de sistemas de segurança
  - Toda câmera adicionada no sistema, fica integrada com os alertas

- Integração com a Secretaria de Estado da Segurança Pública SC, conforme <https://api-sensores.ssp.sc.gov.br>.

#### 4.19 - Planilha de pontos/locais/coordenadas e informações adicionais:

Pontos	Local - Ponto	Coordenada	Câmera Existente	Câmera Adicional	Observação
1	Base Policia Militar	-26.98606, -52.60415	NA	1 fixa	Instalação do link, rack e sala de vídeo monitoramento
2	BR282, em frente à Ludovico Tozzo	-26.99361, -52.61082	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
3	Rua Alberto Maggioni, em frente à Rondofrio	-26.99118, -52.60938	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
4	Esquina Posto de Saude do Rosa Linda	-26.99214, -52.60815	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
5	BR282, entre Moinho e Posto de Gasolina	-26.98649, -52.60529	1 Speed Dome	2 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
6	Av. Fermino Tozzo, 73, esquina Câmara Vereador	-26.98588, -52.60353	1 Speed Dome	1 fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
7	Av. Fermino Tozzo, praça	-26.98413, -52.6032	NA	2 fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
8	Av. Fermino Tozzo, saída para Xaxim	-26.98298, -52.59881	NA	1 Speed e 1 LPR	Poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
9	R. Patrício Dal Santo, esquina Mec. Prime	-26.98719, -52.60159	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
10	R. Angelo Gabriel, próx. Garagem máquinas	-26.99028, -52.59819	1 Speed Dome	1 Fixa	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
11	Prox. Granja Dal Santo	-26.99643, -52.59966	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica
12	R. Paulo Marcone, 72	-26.98607, -52.60243	1 Speed Dome	NA	Câmera e poste da prefeitura, incluir ponto de internet e energia elétrica



13	R. Célso Tozzo, esquina prefeitura	-26.98473, -52.60329	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
14	R. Célso Tozzo, 257,	-26.98452, -52.6009	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
15	R. Alberto Maggioni, praça	-26.9871, -52.60756	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
16	Av. Fermino Tozzo 283, próx. Cresol	-26.98663, -52.60332	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
17	Rua Alberto Maggioni, esquina creche	-26.98871, -52.61029	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
18	R. Alberto Tressoldi, 87	-26.9921, -52.60917	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
19	Rua Virginia Zardo, esquina, Rosa Linda	-26.99538, -52.60851	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
20	Rua Virginia Zardo, esquina com rua da Nilo	-26.99601, -52.60356	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
21	Interior, L. Bento, próx. Ao Zanardi	-26.97741, -52.62209	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
22	Igreja Linha Bento G.	-26.97497, -52.62563	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
23	Escola Alceu Mazzioni	-26.97047, -52.62964	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
24	Interior (Vila Vaz)	-26.95523, -52.6478	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
25	Cemitério Fernando M.	-26.94808, -52.66735	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
26	SC 157, saída Fernando M. à Coronel Freitas	-26.94406, -52.6747	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
27	Rua 7 de Setembro, esquina Rua Chapecó	-26.94646, -52.67139	NA	1 Fixa 1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
28	Rua 7 de Setembro, esquina	-26.94823, -52.673	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica



	escola/igreja				
29	Rua 7 de Setembro, SC-157, entrada distrito	-26.94998, -52.67434	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
30	ETA ZARDO - Interior	-26.99134, -52.65172	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
31	Mirante do Trevo, quase final av. principal	-26.99446, -52.64109	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
32	Mirante do Trevo, depois da Safrio	-26.994827, -52.644303	NA	1 LPR	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
33	Linha Dianista, esquina da Escolinha	-26.965449, -52.676103	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
34	Linha Dianista, entre Giordani e Atuati	-26.985781, -52.686563	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
35	SC-157, próximo à Madeireira Tecchio	-26.942024, -52.677754	NA	2 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
36	Residencial Cohab - entrada do bairro	-26.989839, -52.597081	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
37	Residencial Cohab, final do bairro	-26.990429, -52.593218	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
38	Campina do Gregório, em frente ao campo	-26.980763, -52.635014	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
39	Residencial Coqueiros	-27.029578, -52.612580	NA	1 Fixa	Incluir 1 poste, 1 ponto de internet e energia elétrica
<b>Total câmeras além das existentes (do município)</b>			<b>Postes, internet e energia elétrica</b>		
49 fixas			Postes: verificar a necessidade de cada local		
6 LPR			Energia elétrica: verificar a necessidade de cada local		
1 SPEED			Internet: verificar a necessidade de cada local		

**4.20 - DA APROVAÇÃO** - Após transcorrida as fases de habilitação (análise dos documentos e qualificação da licitante) e da proposta comercial, e antes da homologação do objeto da licitação, através de mensagem no sistema eletrônico

e/ou por e-mail, a empresa será convocada para Prova de Conceito, na qual deverá apresentar e demonstrar a tecnologia ofertada, de forma unicamente **presencial**, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do dia seguinte ao envio do e-mail/aviso. A contratada deverá comparecer no horário e local marcado com tolerância máxima de 1 (uma) hora de atraso do horário marcado, sob pena de desclassificação sumária da proposta. A contratada deverá comprovar os requisitos obrigatórios descritos no item 3 e seus subitens do termo de referência do Anexo “A”. Se farão presentes, para acompanhar a apresentação e demonstração, representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Conseg e Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, que farão um termo de aceite/aprovação do sistema apresentado pela Contratada. Local e horário serão repassados juntamente com o aviso/e-mail.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento, conforme solicitação, no prazo de até 30 dias após a entrega do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.004 – Elemento 3.3.90 – Despesa 22 prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.)

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES**

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

7.1– A contratada deverá fornecer garantia de qualidade e excelente estado dos materiais entregues conforme termo de referência, sendo que os prazos serão contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.



8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.7 - A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

9.2 – São obrigações da contratada:

9.2.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.2.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.4 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – CONTROLE DA EXECUÇÃO**

10.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Rudimar Marafon, matrícula nº 13730/01, que atuara como representante institucional nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios

redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

11.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº \_\_/2023 e a proposta da empresa acima relacionada.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

11.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Angelita Gabriel  
CPF: \*\*\*.893.109-\*\*

\_\_\_\_\_  
Laura Muniz da Silva  
CPF: \*\*\*241.889\*\*